



AS PRÁTICAS CORPORAIS E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Telma Suely Bezerra do Nascimento (1); Luciana do Nascimento Vilhena (1); Inês Margarete Baltazar (2); Neuzeli Mariano Novaes (3)

(1) Secretaria de Educação – SEDUC/PA – telma-bezerra@hotmail.com; (1) Secretaria de Educação - SEDUC/PA vilhenaluciana@yahoo.com.br; (2) secretaria de Educação – SEDUC – RO inesmargarete40@gmail.com; (3) Faculdade de Rondônia - neu_novaes@hotmail.com

Resumo: O objetivo principal deste trabalho foi analisar os desafios didáticos enfrentados nas aulas curriculares da disciplina Educação Física por educadores, tendo como finalidade o entendimento da exclusão das pessoas com deficiência das praticas corporais oferecidas através da proposta curricular da disciplina. Os estudos foram fundamentados nas pesquisas bibliográficas, e de campo dos instrumentos de investigação questionário envolvendo seis unidades escolares da rede publica estadual de ensino e um total de 12 professores. Este trabalho está sendo realizado pela Secretaria de Estado de Educação, através do Núcleo de Esporte e Lazer/Pólo Esportivo no Distrito de Mosqueiro.

Palavras-chave: inclusão, educação física, deficiência.

Introdução

Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (art. 3º, I, do Dec. nº. 3.298, de dezembro de 1999).

O Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, define a deficiência em categorias de deficiência física, auditiva, visual, mental ou intelectual e múltiplas, quando se tem associação de duas ou mais deficiências.

A legislação vem dar suporte a estes alunos assegurando o direito de se matricularem nos sistemas de ensino, os quais devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superlotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE – promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

A deficiência não é inimiga, não deve ser encarada como tal, Deve-se olhar além do que ela representa para o momento. É Lapierre (1986, p.13) quem aponta o caminho quando afirma:

“Queremos trabalhar com o que há de positivo na criança; interessar-nos pelo que ela sabe fazer e não pelo que não sabe fazer. Decidimos, portanto, esquecer os “problemas”



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

em razão dos quais a criança nos é enviada (e mesmo ignorá-los quando isso é possível). Existe na criança, quem quer que ela seja, múltiplas potencialidades positivas que é possível descobrir e desenvolver, desde que não se esteja fixado “pelo que ela não sabe fazer”. Centralizar sua atenção num sintoma é fixá-lo, estruturá-lo. Esquecê-lo é talvez permitir que desapareça já que não apresenta mais interesse.” A relação se dará pela relação de humanização entre os dois aluno e professor.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 a LDB:

1º - Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. 2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular 3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil." (LDB, Cap. V, art.58).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento que subsidia a atuação dos profissionais da área de educação, a proposta curricular é incluir os temas transversais nas aulas de educação física como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e orientação para trabalho e consumo. Nesse sentido, cabe também ao professor de educação física estimular processos reflexivos contribuindo para uma visão crítica do meio social trazendo um novo objetivo para essa disciplina: a formação de cidadãos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental (BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, 1997), a expectativa é que os alunos sejam capazes de participar de diferentes atividades corporais, fomentando a socialização, estimulando uma atitude cooperativa e solidária reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais; conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não-preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais.

A sociedade inclusiva tem como principal finalidade reduzir as desigualdades e desenvolver oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada. Desta forma, a Escola - que tem como função no processo da aprendizagem formar seres pensantes – e todos os que dela fazem parte devem percebê-la como um espaço no qual há a convivência das diferenças, utilizando-se delas para desencadear uma rede de aprendizagens igualitárias. De modo a perceber o outro, valorizando e respeitando suas limitações.



A exclusão não se resolve, portanto, pela simples “inclusão” do sujeito em determinado espaço social, ou em determinado direito. Não se inclui por decreto, qualquer que seja a situação; os decretos supõem o direito civil, mas a inclusão efetiva passa por caminhos mais complexos, pela superação de obstáculos muitas vezes historicamente arraigados na sociedade. (Bartalotti, 2006).

A proposta da educação inclusiva é acolher e dar condições para a pessoa com deficiência exercer seus direitos. Incluir é interagir com o outro, sem distinção de cor, raça, etnia ou religião. Precisamos de uma escola capaz de atender toda sociedade, para tal devemos rever nossos preconceitos da não aceitação.

Sanchez (2005, p.12), ao tratar da educação inclusiva afirma que: "Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos."

Segundo a UNESCO (1994), a origem do conceito de Escola Inclusiva deu-se em decorrência de uma concepção comum que condiz com a responsabilidade de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, inclusive aquelas com desvantagens severas. As crianças devem aprender juntas. Tal consenso concebe as diferenças como condição humana ao passo que tenta adequar a aprendizagem às necessidades da criança em respeito a sua dignidade.

Uma intervenção efetiva no que diz respeito à atividade física para deficientes deve respeitar suas limitações e promover autonomia. É importante que o professor sempre tenha conhecimentos básicos sobre seu aluno (tipo de deficiência, idade, funções e estruturas que estão sendo prejudicadas, etc.), uma vez que, ao conhecer o educando, ele adequará a metodologia a ser adotada.

Para Cidade e Freitas (2002, p. 42-43) várias considerações devem ser levadas em conta:

- (1) Em que grupo de educandos haverá maior facilidade para a aprendizagem e desenvolvimento de todos;
- (2) A avaliação constante do programa de atividades possibilitando as adequações necessárias, considerando as possibilidades e capacidades dos educandos, sempre em relação aos conteúdos e objetivos da educação física adaptada;



- (3) Adaptação de material e sua organização na aula, tempo disponível, espaço e recursos materiais;
- (4) Adaptações de objetivos e conteúdos, adequando-os quando for necessário, em função das necessidades educativas especiais, dando prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos quando for preciso.

Com base na proposta de uma educação verdadeiramente inclusiva, este trabalho está sendo realizado pela Secretaria de Estado de Educação, através do Núcleo de Esporte e Lazer/Pólo Esportivo no Distrito de Mosqueiro. A Ilha de Mosqueiro é um distrito administrativo do município de Belém. Possui uma área de aproximadamente 212 km² e está localizada a 70 km de distância do centro da capital Belém.

O objetivo foi fomentar as práticas corporais às pessoas com deficiência da Ilha de Mosqueiro nas modalidades de atletismo, bocha, futebol de 7 e Natação, bem como a participação de seus familiares. A prática esportiva cresce a cada ano no mundo, por ser um importante fenômeno responsável pela inclusão social. Por meio das atividades esportivas crianças e adolescentes constroem valores, conceitos, socializam-se e, principalmente vivem realidades corporais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida.

A partir dessa compreensão vislumbramos um mundo de oportunidades a todos na escola, resguardando os princípios constitucionais de que somos iguais, na medida de nossas desigualdades, e necessitamos ter garantido nossos direitos como cidadãos.

Através de jogos e brincadeiras diversas, terão acesso a experiências diversificadas que, provavelmente, nunca tiveram antes. Por isto, não devemos alimentar expectativas em torno de um eventual sucesso ou, quem sabe de uma probabilidade de rendimento absoluto, logo de início.

Por outro lado, devemos cuidar com cautela das atividades propostas, para que não ultrapassem os seus próprios limites de forma brusca e instantânea. Vale ressaltar que o medo e a insegurança, obstáculos a serem superados, se tornariam companheiros inseparáveis dos participantes dos processos educativos.

Desta forma, ao planejar o seu trabalho, o professor deverá pensar sobre o que se apresenta no contexto específico de sua prática. Sobre quais as limitações impostas pela deficiência, que objetivos devem ser alcançados, qual o nível intelectual e motor da criança, quais as atividades que proporcionam mais alegria, prazer e motivação, que materiais são os mais adequados, qual o nível de adequação do espaço físico à atividade e quais as atividades que oferecem riscos aos educandos.



Nesse confronto a oportunidade de situar novos caminhos para a prática, entendendo-os como alternativas a serem utilizadas, de modo a favorecer os avanços que se fizerem necessários. Para bem desenvolver o que ora se propõe, com segurança e confiabilidade desmistificando as incertezas.

Metodologia

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como descritiva, com levantamento bibliográfico e de campo. Inicialmente o fomento das práticas corporais será desenvolvido de maneira lúdica e prazerosa, com apoio da Secretaria de Estado de Educação, através do Núcleo de Esporte e Lazer, das escolas públicas estaduais e municipais da ilha. Com aulas ministradas três vezes por semana no período matutino e vespertino. Utilizando o espaço da praia. Um sábado no mês é realizado atividades esportivas de forma lúdica integradas com os banhistas e os alunos integrantes do projeto com as seguintes modalidades: atletismo, natação, badminton, paracanoagem e futebol.

Resultados e Discussões

A educação deve romper com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. Nesse sentido, deve buscar garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício crítico da cidadania.

Na elaboração de uma aula ou atividade não podemos esquecer que, independente de sua limitação, podem desenvolver potencialidades, desde que sejam respeitadas as barreiras que lhe são impostas pela estrutura de seu corpo ou pelos comprometimentos decorrentes das características que apresentam.

Atuando com o esporte para o deficiente na modalidade de atletismo, observou-se o quanto ele evolui no processo dos fundamentos básicos da corrida dos saltos e arremessos, a ludicidade contribui de forma efetiva neste contexto, também vale ressaltar que a repetição é a automação dos movimentos. A resposta também vem no momento que participam de competições esportivas demonstrando o quanto eles, os alunos deficientes conseguem aprimorar os seus gestos esportivos e



as regras do esporte. Vale ressaltar que a partir do mês de maio de 2013 iniciou-se um trabalho elaborado por profissionais de educação física que voluntariamente decidiram oportunizar a prática do esporte, do lazer a essas crianças com deficiência física, visual e intelectual e a participar dos jogos na cidade de Belém pela primeira vez.

O Estado do Pará já vem se destacando no cenário nacional em competições para pessoas com deficiência, mas ainda há necessidade de difundir e oportunizar as práticas corporais a outros municípios do Estado que ainda não tiveram essa oportunidade. Com base nesse pressuposto surgiu a ideia, por um grupo de professores de educação física, de ampliar ao distrito de Mosqueiro a prática de esportes por alunos com limitações físicas. Visto que desde o ano de 2012 o município de Belém foi contemplado com o projeto Clube Escolar do Comitê Paralímpico Brasileiro, assim em maio de 2013 surgiu a ideia de expandir tal projeto para os moradores da ilha de Mosqueiro que até então não eram beneficiados com práticas esportivas.

Observou-se que os alunos não tinham a oportunidade de vivenciar essas práticas nas aulas de educação física. Isso ocorre pela falta de incentivo dos próprios professores ou por não saberem lidar com esses alunos ou por não conhecerem as capacidades físicas dos mesmos. A partir de então, começou a grande conquista de mobilizar primeiramente as escolas públicas estaduais em um total de sete escolas, divulgando assim a ação do Clube Escola, o qual seria desenvolvido a partir daquela data. Em seguida a participação pela primeira vez da ilha em competições nos Jogos Paralímpico Escolar Paraense realizado no período de 12 a 15 de junho obtendo um bom desempenho, conquistando duas medalhas de prata, três de bronze, dois quarto colocados e a convocação de dois alunos com paralisia cerebral para compor a equipe de futebol de 7 (futebol para paralisados cerebrais) da Delegação Paraense nas Paralimpíadas Nacionais em São Paulo no ano de 2013.

No ano de 2014 participação nos jogos Estaduais obtendo as colocações de 3 primeiros lugares, 4 segundos e 5 terceiros. Em 2015, na modalidade de atletismo, 4 segundo lugar, 1 terceiro lugar, 2 primeiro lugar; Natação, 1 primeiro, 2 prata, 1 bronze e classificação de uma atleta para paralimpíadas nacional na cidade de Natal e convocação de um atleta para compor a equipe de futebol de 7 para representar o Estado na cidade de Natal. Houve conquista de segundo lugar na modalidade de natação nas paralimpíadas em Natal e um quarto lugar na modalidade de futebol de 7. No ano de 2016 sai resultado do Bolsa Atleta do Governo Federal, Ministério do Esporte e a Aluna Sandriely Silva é contemplada



O Bolsa-Atleta é o maior programa de incentivo direto ao atleta no mundo. O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa atende atletas que tenham obtido bons resultados independentemente de sua condição econômica e sem necessidade de intermediários. Basta que cumpra os requisitos, mantenha-se treinando e competindo e alcance bons resultados nas competições qualificatórias indicadas pelas respectivas confederações. O bolsa-atleta garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas.

Considerações Finais

Deve-se considerar que o esporte é um processo que desenvolve habilidades, comportamentos e atitudes, contribuindo para o desenvolvimento físico e social do indivíduo.

O presente trabalho mostrou que o esporte, as práticas corporais, tem comprovada importância na qualidade de vida de qualquer pessoa e, sem dúvida, é muito mais importante ainda para as pessoas com deficiência. Ao fazermos essa afirmação estamos nos baseando não apenas no que a atividade pode contribuir para o desenvolvimento físico de todas as pessoas, como mostraram os resultados, mas principalmente na sua possibilidade como poderosa ferramenta de ajuda na reabilitação das pessoas com deficiências junto à sociedade. Mais que tudo, o esporte lhes propicia independência.

Ao proporcionar a prática esportiva para os alunos com deficiências, os professores de educação física estarão rompendo e substituindo muitos paradigmas, como o da incapacidade pela capacidade, da baixa estima pela alta autoestima, da exclusão pela inclusão. Certamente a maior vitória nesse processo será a contribuição para formação de cidadãos mais conscientes, justos e solidários, numa unidade entre alunos e professores, toda comunidade escolar.

Entende-se também que a preparação dos professores envolvidos será o fator fundamental e que propiciará além do crescimento no processo aprendizado as mudanças no pensar, no agir. As capacitações foram sugeridas pelos profissionais e um calendário foi encaminhado a Direção das escolas que em conjunto passaram a oportunizar bimestralmente uma formação aos educadores de educação física, bem como fomentar as discussões de melhorias nos espaços pedagógicos. Mas, ainda há necessidade de sensibilizar a população sobre a importância de promover oportunidades concretas às pessoas com deficiência, para que possam mostrar seu potencial e suas habilidades nas práticas corporais.



Vivemos em uma crise de paradigmas que geram medos, inseguranças, incertezas e insatisfação, mas propõe-se que este seja o momento de ousar e de buscar alternativas que nos sustente e direcione para realizarmos as mudanças que o momento propõe.

Referências

1. BARTALOTTI, Celina Camargo – **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidades?** - São Paulo, Paulus, 2006
2. BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto**, 1997
3. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1997.
4. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996
5. BRASIL, Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999
6. BOATO, Elvio Marcos,– **A caminho de um ensino mais que especial**. 3 ed: Brasília: Hildebrando e Autores Associados, 2002
7. FREITAS, P.E e Cidade, R.A – **Noções sobre Educação Física e o Esporte para pessoas portadoras de deficiência**, Uberlândia, 1996
8. LAPIERRE, André. **A simbologia do movimento: psicomotricidade e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986, p.13)
9. PARÁ, Defensoria Pública do Estado do Pará. **Conhecendo os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2011
10. SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005
11. UNESCO - **Declaração Mundial de Educação para Todos**: Brasil, 1990



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O